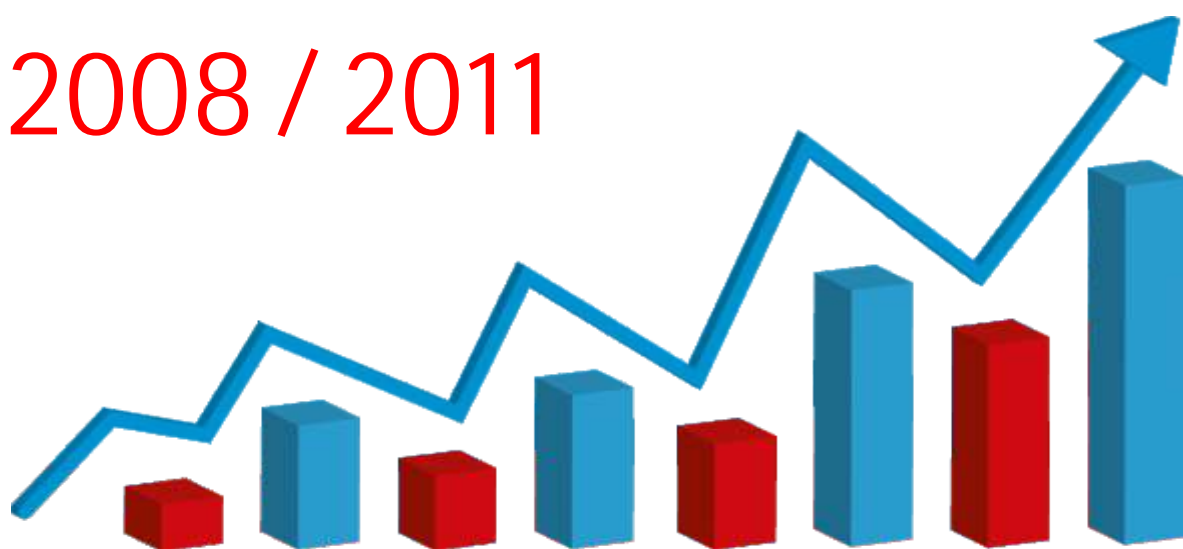




Diretoria faz balanço do triênio

A gestão 2008/2011 foi um período de muito trabalho. Muito já foi feito, mas os desafios alertam que ainda há bastante para fazer

2008 / 2011



PÁGS. 6 E 7 ▶

Seminário sobre Avaliação de Desempenho do Ministério da Saúde mobiliza servidores



PÁG. 3 ▶

Encontro instiga aposentados a discutirem assuntos de interesse de toda a categoria



PÁG. 5 ▶

Conferência Municipal busca garantir direito à Saúde Pública



PÁG. 8 ▶

GT defende redução da jornada e reestruturação da carreira



PÁG. 9 ▶

Arraiá do Sintfesp anima o mês de julho



PÁG. 12 ▶



Servidores (@s),

Chegamos ao fim do primeiro semestre de 2011 e dos trabalhos da Diretoria Colegiada do Sintfesp eleita para o triênio 2008/2011. Buscamos, nos últimos três anos, cumprir os compromissos de campanha firmados pela Chapa “Avançar Mais” e honrar o voto de confiança depositado em nós por cada trabalhador. Avançamos, é verdade, mas sabemos que a caminhada rumo à plenitude de direitos dos trabalhadores federais em Saúde e Previdência ainda é longa.

Nesses anos, alcançamos algumas conquistas, como a instalação, em 2008, da Mesa de Negociação, conduzida pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG) e das mesas setoriais do INSS, do Ministério da Previdência, e do SUS, no Ministério da Saúde, após oito anos de negociações emperradas.

Através desse importante canal, aberto pelo Governo Lula, a gestão 2008/2011 buscou resgatar, reivindicar e consolidar os direitos dos servidores. Não foi fácil, mas temos insistido nas negociações, com os Grupos de Trabalho

(GTs) e o desenvolvimento dos trabalhos em conjunto com a CNTSS, a CUT e as demais entidades representativas dos servidores. Junto dessas entidades, participamos de dezenas de reuniões, audiências, plenárias, manifestações e caravanas.

Avançamos, mas os desafios ainda são muitos. Entre eles: a reestruturação das carreiras da Previdência, Saúde e Trabalho, a revisão das tabelas salariais, o retorno às 30 horas, a incorporação da gratificação de desempenho, as ações contra o assédio moral nos locais de trabalho, a melhoria da situação dos aposentados e dos serviços prestados pela Geap.

Diante de sucessivas perdas de direitos, nos empenhamos em conquistas também no âmbito jurídico, levando ao Poder Judiciário diversas ações relacionadas à revisão das aposentadorias, averbação do tempo de serviço prestado em condições especiais, pagamento e incorporação dos valores dos anuênios e paridade entre ativos e aposentados no pagamento das gratificações de desempenho. O trabalho rendeu frutos, com diversas decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores.

Outro esforço foi no sentido de melhorar a comunicação da Entidade com a

categoria, os parceiros e a sociedade em geral. Com esse objetivo, organizamos uma Assessoria de Comunicação e investimos em ferramentas diversas, como o jornal e o boletim impressos e o site na internet.

Buscamos promover também o debate e a reflexão sobre assuntos de interesse da categoria, por meio da realização de seminários e encontros, a exemplo do seminário sobre a Avaliação de Desempenho do Ministério da Saúde e o 1º Encontro Estadual de Aposentados, realizados em maio deste ano. Esses eventos, assim como as confraternizações e atividades realizadas em datas especiais nas sedes do Sindicato e nos locais de trabalho, tiveram ainda o objetivo de promover a união dos servidores.

É com esse desejo que chegamos ao fim desta gestão. Esperançosos que a falta de tempo, o excesso de trabalho e a descrença política não desfaçam os laços que nos unem, porque, como diz o velho ditado, é da união que se faz a força. Acreditamos que outros virão se juntar a nós, contribuindo para manter vivos tanto o sonho de transformar a realidade quanto a vontade de empreender a luta política.

Diretoria Colegiada do Sintfesp

Condsef e CNTSS

Entidades se reúnem com titular da SRH/MPOG

Estiveram em pauta: Avaliação de Desempenho, adicional de insalubridade e duplo vínculo

A Condsef e a CNTSS se reuniram, dia 6 de junho, com representantes da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG) para discutir a Avaliação de Desempenho dos cedidos ao SUS, o adicional de insalubridade dos empregados públicos e o duplo vínculo.

Em relação à avaliação individual, se chegou ao consenso de que é preciso definir critérios diferenciados para os servidores cedidos que atuam no SUS no âmbito dos estados e municípios. A Secretaria está elaborando, em parceria com o Ministério da Saúde, uma proposta de metodologia que contemple a autoavaliação pelos servidores e uma avaliação a ser realizada pelos núcleos estaduais do Ministério da Saúde, a partir de relatórios das chefias imediatas.

Sobre a avaliação institucional, as entidades defenderam que o servidor cedido ao SUS pode colaborar para o alcance das metas do Ministério da Saúde em função de estar

trabalhando nos estados e municípios e propuseram o pagamento integral da avaliação. A SRH ressaltou a impossibilidade jurídica do pagamento integral da parte institucional sem a realização da avaliação de fato e esclareceu que as metas do Ministério da Saúde são as metas do SUS, a que todo o sistema está sujeito, inclusive os servidores cedidos aos estados e municípios.

Duplo vínculo

A limitação de 60 horas semanais, prevista em parecer da Advocacia Geral da União para permitir o acúmulo de cargos da área da Saúde, foi outra questão discutida. As entidades argumentaram que não há legislação limitando a jornada semanal para efeito de acúmulo e reivindicou que a limitação de 60 horas fosse revista, tendo em vista que muitos servidores estão sendo chamados a fazer a opção e não estão conseguindo se aposentar.

A Secretaria rebateu dizendo que a Constituição Federal permite o acúmulo de

dois cargos na Saúde, mas exige que haja compatibilidade de horários e a limitação de 60 horas é a medida razoável encontrada para observar a compatibilidade entre as jornadas de cada cargo. As entidades reivindicaram ainda participação na Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD), já que o Decreto 7.133/2010 faz essa exigência e em muitos órgãos não está sendo cumprida.

Funasa

Os representantes lembraram que a última negociação dos empregados públicos nivelou a remuneração destes com a dos servidores, mas que os objetivos da negociação ficaram prejudicados com a interpretação dada pela Funasa a uma decisão do Superior Tribunal Federal (STF), destinada aos empregados da iniciativa privada. Para os representantes dos servidores, a decisão do STF não deveria ser aplicada aos empregos públicos da Funasa, questão que a SRH/MPOG se comprometeu a avaliar.

Mais de 150 trabalhadores participam de seminário

Além de promover informação e debate, encontro alertou servidores para acompanhar sistemática

Mais de 150 trabalhadores federais em Saúde estiveram, dia 28 de maio, no auditório do Nems/GO, para participar do Seminário sobre a Avaliação de Desempenho dos servidores do Ministério da Saúde, promovido pelo Sintfesp.

O evento foi aberto pela diretora de Política e Organização Sindical, Terezinha de Jesus Aguiar, que, em sua fala, destacou a preocupação dos trabalhadores e de seus representantes acerca da sistemática empregada frente à realidade dos servidores, em especial dos cedidos aos estados e municípios e lembrou que, se a instituição não se organiza de acordo com o que é estipulado no Decreto 7.133/2010, é inviável que ela cobre o cumprimento de metas e o desempenho/produzividade individual.

Em seguida, a coordenadora de Gestão de Pessoas do Nems/GO, Marli Sorel, expôs a atual situação e as perspectivas da implantação da Avaliação de Desempenho, destacando que, em seu 2º ciclo, o processo prevê o pacto de metas e que, em relação à pontuação, no 1º ciclo, as chefias foram orientadas a cobrar uma produtividade compatível com as condições de trabalho dos servidores.

“Todo servidor deve acompanhar a sua avaliação e aqueles que receberem menos de dez pontos, podem solicitar que seja avaliado o motivo da baixa pontuação”, frisou.

Os diretores do Sintfesp aproveitaram a ocasião para chamar a atenção dos servidores para a necessidade da participação ativa, questionando os fundamentos da avaliação e reivindicando os seus direitos.



Diretoria do Sintfesp chama atenção dos servidores para participação ativa e reivindicação constante de seus direitos

Preocupante

Assessor jurídico do Sintfesp, Luis Fernando Silva explanou sobre a Avaliação de Desempenho a partir de três enfoques: a sistemática como critério de evolução na carreira, os critérios de definição das metas e a validade jurídica da regulamentação.

Luis Fernando Silva ressaltou que o desempenho deve ser um dos objetivos da Administração Pública, mas que ele precisa levar à melhoria da qualidade dos serviços e ser considerado como critério de evolução da carreira, vinculado ao esforço do servidor, à sua capacitação e à qualidade dos serviços prestados. Dessa forma, o resultado da avaliação deve gerar uma vantagem definitiva, incorporada ao patrimônio jurídico do servidor.

Em sua exposição, o assessor destacou algumas preocupações do Sintfesp em relação à Avaliação de Desempenho, como os valores proporcionalmente elevados das gratificações, se comparados ao restante da remuneração. “Precisamos lutar para que parte da gratificação seja incorporada à renda fixa, o que diminuiria o peso dessa remuneração”, disse.

Outra preocupação é em relação a forma como o processo está sendo implantado, que, em casos não raros, chega a se constituir em verdadeiro assédio moral. “O processo de capacitação deveria vir antes da avaliação. Como está, o servidor é mal remunerado por uma avaliação para a qual ele não foi preparado”, afirmou.

Além disso, a avaliação tem levado a um aumento dos problemas de saúde dos

servidores e gerando sub-declarações de doença e acidentes do trabalho.

O fato de a sistemática desconsiderar a influência de fatores como as condições de trabalho e as realidades sócio-econômicas e regionais e a influência de outras categorias funcionais que interagem com o servidor, mas não são avaliadas, também é preocupante.

Formas de campanha

Diante da realidade constatada, os servidores devem se empenhar em formas de campanha contra os possíveis prejuízos na avaliação, tais como:

→ Insistir para que o desempenho seja incorporado como critério de evolução da carreira;

→ Lutar para reduzir o peso das gratificações de desempenho no montante remuneratório, dialogando também com os aposentados;

→ Formar e capacitar uma comissão de servidores para acompanhar a avaliação.

2º Ciclo

De acordo com a Lei 11.784/2008, a partir do 2º ciclo da Avaliação de Desempenho, o Ministério da Saúde deverá criar uma comissão de acompanhamento, composta de representantes indicados pela Administração e por membros indicados pelos servidores, que será responsável por acompanhar e avaliar todas as etapas da sistemática e julgar os eventuais recursos contra os resultados das avaliações individuais. No entanto, até o momento, não houve movimentação alguma da instituição nesse sentido.



Luis Fernando Silva expõe formas de campanha

Governo irá analisar reajustes

Servidores devem se preparar para pressionar por avanços

Em reunião realizada dia 6 julho, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), Duvanier Paiva, informou que, antes de falar sobre uma política com reajuste linear, o governo irá fazer um balanço do que já foi concedido em termos de reajuste entre 2008 e 2010. As entidades que compõem a Campanha Salarial esperavam uma proposta de política salarial, mas ele informou que, somente após essa análise, o governo irá apresentar a proposta. O prazo para encaminhar pleitos ao Congresso é até 31 de agosto, por isso, os trabalhadores devem estar preparados para pressionar pelo avanço nas negociações.

O secretário disse que para atender apenas as novas reivindicações, o governo precisaria de R\$ 19 bilhões e que, para atender cerca de 70 acordos assinados com diversas entidades sindicais nos últimos três anos, foram necessários R\$ 38 bilhões, cenário que não leva em consideração os acordos firmados e ainda não cumpridos. As entidades possuem memoriais assinados que garantem a

continuidade das negociações não concluídas durante o governo Lula.

PLs

Sobre o PL 248/98, que prevê quebra de estabilidade e demissão por insuficiência de desempenho, o secretário informou que existe proposta para incluir sugestões de ajustes apresentadas por entidades sindicais. Nessas mudanças está incluída a capacitação e qualificação para aqueles que apresentarem avaliação insuficiente.

No dia 21 de junho aconteceu oficina sobre o PL 1992/07, que prevê a criação da previdência complementar para o setor público. O Planejamento propôs a construção de um relatório dos debates, apontando as visões do governo e das entidades sindicais. A partir deste resumo, seria promovido um debate junto aos parlamentares para buscar o consenso.

As entidades esperavam que o projeto pudesse ser retirado da pauta do Congresso enquanto os debates estão sendo travados, mas Duvanier Paiva disse que governo não pretende tirar projeto algum da pauta.

Assinado protocolo em favor da reestruturação da tabela da Saúde

A Mesa Setorial da Saúde, realizada dia 24 de maio, que teve como pauta a tabela remuneratória dos servidores da Saúde, resultou em um protocolo em favor da reestruturação da tabela salarial, assinado pela CNTSS, a Condsef e o representante do Ministério da Saúde, Rafael Agnelo. No evento, as entidades se comprometeram a solicitar ao Diesse a uma proposta de reestruturação da carreira com os seguintes cenários:

→ Estrutura remuneratória especial, baseada na Lei 12.277/10 para o nível superior;

→ Estrutura da tabela do Seguro Social para os cargos do nível intermediário e auxiliar;

→ Reajustes em 1º de julho de 2012, 2013 e 2014;

→ Percentual de 50% no VB e 50% na gratificação em 2012, 60% no VB e 40% na gratificação em 2013, 70% no VB e 30% na gratificação em 2014, trabalhando com tabelas setoriais no Ministério da Saúde e Funasa.

PL 1992/07

Entidades assinam carta contra previdência complementar

Entidades federais assinaram uma carta, que será apresentada ao Congresso Nacional, manifestando repúdio ao PL 1992/07, que propõe instituir a previdência complementar do servidor público federal ocupante de cargo efetivo e membro do Poder, podendo se estender aos estados e municípios.

A Constituição assegura um regime especial aos servidores públicos civis e membros do Poder, de caráter administrativo, o que, por um lado, garante a estabilidade e a aposentadoria com proventos integrais, mas



por outro faz com que esses servidores contribuam para a previdência pública sobre a totalidade de suas remunerações, sujeitando-se ao “teto” remuneratório constitucional e não tendo direito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dentre outros benefícios assegurados aos trabalhadores da iniciativa privada.

Alegando déficit previdenciário, o governo insiste na aprovação do PL 1992 que, na verdade, precarizará áreas estratégicas do Estado, sem atacar as causas do déficit.

EXPEDIENTE

Diretoria de Organização e Política Sindical

Titular: Terezinha Aguiar - INSS

Suplente: Josias P. Dalto - M.S.

Diretoria de Administração e Finanças

Titular: João Augusto Neto - INSS

Suplente: Rivadável M. Marins - M.S.

Diretoria de Formação Sindical

Titular: Maria Cleusa de J. Silva - M.S.

Suplente: Mariselda Lemes Rocha - M.S.

Diretoria de Políticas Sociais, da Mulher, Raça e Etnia e Saúde do Trabalhador

Titular: Ângela Maria de Souza - INSS

Suplente: Maria do Socorro Souza - INSS

Diretoria de Imprensa e Divulgação

Titular: José Wilmar Sandim - INSS

Suplente: Joseneide F. Ramos - INSS

Diretoria de Assuntos Jurídicos

Titular: Luiz Carlos Campos - M.S.

Suplente: Antônio Rocha - M.S.

Diretoria de Esporte e Lazer

Titular: Sebastião de Oliveira Filho - INSS

Suplente: Rita Barros Galvão - M.S.

Diretoria de Aposentados

Titular: Pedro Gomes de Faria - M.S.

Suplente: Rozilda R. de Oliveira - M.S.

Conselho Fiscal

Dimas Macário Macedo - M.S.

Wilma Alves de Almeida - INSS

Mauro Oliveira Mota - INSS

Suplentes:

Irenilde Dias Macedo de Faria - INSS

Salomão Batista dos Santos - M.S.

Helena Rodrigues Mendonça - INSS

Reportagem, edição e revisão: Carolina Rodrigues

Diagramação e arte: Santhiago Vieira

Fotos: Sintfesp, CNTSS e CUT

Tiragem: 3 mil exemplares

Impressão: Bom Tempo Gráfica - (62) 3587-1694



Travessa César Baiocchi Sobrinho, Qd. F-19, Lt. 10,
Setor Sul, Goiânia-Go, Cep: 74080-130
(62) 3224-8232

www.sintfesp.org.br | sintfesp@sintfesp.org.br

1º Encontro Estadual discute interesses da categoria

Entre eles: integralidade, paridade, Geap, qualidade de vida e opções de trabalho e renda

O Sintfesp realizou, dia 29 de maio, o 1º Encontro dos Trabalhadores Federais Aposentados em Saúde e Previdência, no auditório do Nems/GO. O evento reuniu cerca de 100 aposentados da categoria para debater as diversas formas de aposentadoria, a integralidade da gratificação de desempenho, a paridade e a integralidade nas aposentadorias por invalidez, a Geap, a qualidade de vida na aposentadoria e as opções de trabalho e renda extras.

Assessor jurídico do Sintfesp, Luis Fernando Silva destacou, inicialmente, tópicos referentes à revisão da aposentadoria e falou da importância de se observar a prescrição quinquenal e verificar se existem condições para revisar o fundamento, aplicando condições mais benéficas, sendo necessário ainda observar a diferenciação entre o tempo de serviço comum e o especial.

Luis Fernando Silva ressaltou que os aposentados precisam se atentar para os reflexos financeiros dessas revisões nos valores de suas aposentadorias, lembrando que o Mandado de Injunção (MI) 880 garante o direito a contagem do tempo trabalhado em condições insalubres, mesmo para o período anterior a 1990.

Gratificação

Outra questão importante, levantada pelo assessor, foi o peso das gratificações na remuneração. No caso daqueles ligados ao INSS, a gratificação chega a 72%. No Ministério da Saúde, os valores chegam a 40%. Tal situação não considera o esforço do servidor na sua própria capacitação e na melhoria dos serviços prestados à população e diminui consideravelmente os valores das aposentadorias.

Invalidez

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 270/08, que torna a aposentadoria por invalidez no serviço público integral e com paridade em relação aos servidores da ativa, foi outra questão destacada durante o encontro. Mesmo que conste na pauta do Congresso diversos requerimentos de inclusão da PEC, é urgente a mobilização e a pressão para que a proposta seja aprovada com os substitutivos.

Geap

Em relação à Geap, os aposentados foram orientados a acompanhar, através do Sintfesp, a tramitação do Mandado de Segurança 25.855 no Superior Tribunal Federal, além de se empenharem para que a



Aposentados da categoria se atualizam acerca de ações judiciais encaminhadas pelo Sintfesp em prol de seus filiados

Geap seja inserida dentre os grandes temas a serem negociados com o governo, em relação, por exemplo, à gestão dos negócios, para impedir que o Plano de Saúde e o Plano de Previdência (Pecúlio) da Fundação sejam divididos.

É preciso ainda, ressaltou o assessor, que os aposentados acompanhem a tramitação do Projeto de Lei 7762/2010, que define que a recusa da operadora em realizar procedimentos médicos deverá ser justificada por escrito e exige que as operadoras ofereçam planos de saúde individuais e coletivos e garantam a migração do plano coletivo para o individual nas mesmas condições do anterior.

A mobilização para cobrar a dívida histórica do governo para com a Geap é outra questão que deve estar na pauta da categoria.

Qualidade de vida

Posteriormente, foram expostas ao público temáticas relacionadas à qualidade de vida, com destaque para a importância dos aposentados desenvolverem atividades que reduzam o tempo ocioso e sirva para que eles obtenham renda extra.

Neste momento, os aposentados foram convidados para participarem do Programa Maturidade Saudável, oferecido pela Gerência Regional da Geap, que busca incentivar os idosos a realizarem atividades físicas e se informarem sobre saúde, educação e cultura. O grupo se reúne mensalmente.

Trabalho e renda

Para fechar o encontro, dois grupos foram formados para responderem à pergunta: o que eu estou fazendo após a aposentadoria? O que eu queria fazer?

O primeiro grupo propôs que os aposentados produzam doces para comercialização e participem de cursos de

informática e outras atividades oferecidas por entidades como o Sesc. O grupo sugeriu que o Sintfesp ofereça oficinas de produção e comercialização de produtos e aulas de informática. O segundo grupo propôs que os aposentados realizem atividades que alterem suas rotinas, como aulas de música, dança e recreações e sugeriu que o Sindicato firme parcerias para viabilizar esses cursos.

O Sintfesp avalia que o Encontro alcançou seu objetivo, ao mobilizar os aposentados. A ideia é que as reuniões mensais sirvam para dar continuidade às discussões. Normalmente, os aposentados se reúnem nas últimas quartas-feiras de cada mês na sede da Entidade, mas a agenda pode ser alterada de acordo com o calendário de eventos.

Almoço dos aposentados

O Sintfesp realizou, dia 27 de maio, um almoço que reuniu cerca de 70 aposentados no Clube Cruzeiro, no Setor Sul, quando foram comemorados os aniversários do mês. O momento foi de lazer e confraternização e serviu para reforçar os laços que unem a categoria.



Participantes do evento no Clube Cruzeiro

Diretoria Colegiada faz b

Foram três anos de intenso trabalho. Muito foi feito, mas os des

O ano de 2011 marca o fim da gestão 2008/2011 do Sinfesp e o início da atuação da nova Diretoria Colegiada, eleita em junho passado para estar a frente do Sindicato no triênio 2011/2014.

A gestão que termina foi caracterizada por muito trabalho e para encerrar essa fase profícua de forma transparente e com o mesmo compromisso firmado nas eleições de meados de 2008, quando a Chapa “Avançar Mais” foi eleita, a Diretoria Colegiada faz um balanço das atividades realizadas nos últimos três anos, por área de atuação.

A Diretoria avalia que muitas conquistas foram alcançadas, mas os desafios que ainda se impõem à Entidade e aos trabalhadores federais em Saúde e Previdência alertam que ainda há bastante o que superar. E, não há dúvida que, para isso, os trabalhadores precisam se unir ao Sindicato, se informando, participando das atividades propostas e, quando necessário, reivindicando seus direitos. Somente a união da categoria pode trazer as conquistas almejadas.

A nova Diretoria do Sinfesp tomou posse administrativa da Entidade em 5 de julho. A posse jurídica foi realizada no dia 15 do mesmo mês.

Formação Sindical

Trabalhando em conjunto com as demais Diretorias, principalmente, com a de Organização e Política Sindical, a Diretoria de Formação Sindical auxiliou o Sinfesp através de sucessivas análises conjunturais, propondo e executando atividades de formação, procurando ainda subsidiar e acompanhar a participação, as lutas e a organização sindical da categoria e dos trabalhadores em geral.

A passagem do triênio trouxe várias mudanças. O serviço público mudou e o sindicalismo também. Por isso, o Sinfesp reconhece que a formação sindical precisa ser aprimorada para que o movimento sindical acompanhe os desafios da atualidade.

Diante disso, os diretores do Sindicato procuraram, ao longo desses anos, investir na formação, participando de reuniões, seminários e demais eventos das entidades às quais a Entidade é filiada, como a CUT e a CNTSS, aplicando os conhecimentos adquiridos no desenvolvimento de uma nova organização sindical, cujo objetivo foi reunificar e fortalecer a sua base, ampliando e consolidando a atuação do Sindicato.

Organização e Política Sindical

Destacam-se as negociações realizadas em 2008, após a instalação da Mesa Nacional de Negociação na Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MPOG), quando o Governo Lula chamou as entidades representativas dos servidores e apresentou quatro tabelas salariais: Seguridade Social, Seguro Social, Anvisa e Auditoria do SUS. Com pouca margem de negociação, o processo deixou marcas que ainda hoje a categoria luta para superar, como a revisão das tabelas salariais da Saúde e a jornada de trabalho de 40 horas no INSS.

Inicialmente, o Sinfesp rejeitou a tabela proposta pelo Governo para a carreira da Previdência, Saúde e Trabalho (PST). Em plenária nacional da CNTSS, a categoria deu um voto de confiança e aprovou a proposta diante do compromisso do Governo de rever essas tabelas, uma vez que é a segunda pior da esplanada dos ministérios.

A categoria aprovou a assinatura do Acordo de 2008 pela CNTSS/CUT em relação à carreira do INSS. A Fenapsps também assinou e duas tabelas foram implantadas, sendo uma de 40 horas e outra com a redução proporcional nos vencimentos de 30 horas, sendo que o ponto eletrônico controla os processos de trabalho. As consequências foram danosas para a saúde dos servidores e para a sociedade, sendo comprovada pelo Grupo de Trabalho (GT) do Seguro Social, que, atualmente, trabalha na elaboração de proposta para reduzir a jornada de trabalho.

Entre 2009 e 2010, o Sinfesp travou uma luta incessante contra essas perdas e pela reconquista dos direitos dos trabalhadores. Foram várias audiências no Ministério do Planejamento, da Saúde e da Previdência e no INSS e dezenas de caravanas à Brasília, com a instalação dos GTs, em conjunto com a CNTSS, a CUT e as demais entidades.

Nesse período, o Governo apresentou duas propostas para a carreira, que o Sinfesp avaliou como excludentes e discriminatórias, pois não contemplavam o nível intermediário e auxiliar e excluía os aposentados, lembrando que era de R\$ 1.400 a R\$ 2.000 para o nível superior e uma gratificação de qualificação de R\$ 250 para quem comprovasse a realização de curso de capacitação de 260 horas.

Administração e Finanças

A Diretoria de Administração e Finanças buscou, em conjunto com as demais Diretorias e em parceria direta com a Diretoria de Organização e Política Sindical, administrar o patrimônio do Sindicato, gerenciando e coordenando de maneira responsável as transações financeiras necessárias à atividade sindical e a política de recursos humanos.

Ao longo desses três anos, a Diretoria manteve sob sua guarda o patrimônio, os bens, os arquivos e os valores administrativos e financeiros do Sinfesp, zelando pela sua preservação e bom uso.

Foi sua responsabilidade também executar o plano orçamentário anual, bem como sugerir e realizar alterações, previamente aprovadas pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho Fiscal.

Tendo como princípios a ética, a eficiência e a transparência, os trabalhos foram bem conduzidos, com a aprovação de todos os demonstrativos financeiros anuais pelo Conselho Fiscal, sendo que os resultados foram periodicamente publicados nos veículos de comunicação do Sindicato.



Planejamento Estratégico da Diretoria em outubro de 2008



Pauta dos servidores é entregue à Gerência em abril de 2010

Balanco do último triênio

Desafios que se impõem alertam que ainda há bastante para fazer

Políticas Sociais, Mulher, Raça e Etnia e Saúde do Trabalhador

A Diretoria procurou manter o intercâmbio com as Secretarias de Políticas Sociais da CNTSS, CUT e demais entidades representativas da categoria, articulando a formação de políticas globais e específicas para os trabalhadores federais em Saúde e Previdência, acompanhando as políticas governamentais para o setor e participando de atividades, a exemplo das conferências municipais e estaduais de Saúde.

Outra questão que preocupou a Diretoria nos últimos anos é o assédio moral sofrido pelos servidores nos locais de trabalho. O Sintfesp se colocou ao lado dos trabalhadores, buscando intervir, primeiro por meio do diálogo com as chefias e, quando necessário, com ações judiciais.

Estes três anos foram de luta contra o Acordo 458/04, do Tribunal de Contas da União, que proíbe a celebração de convênios da Geap com os demais órgãos de serviço público federal. A manutenção dos pais e mães dos filiados no grupo familiar GeapSaúde, via processo judicial, foi uma vitória no período.



Reunião de aposentados realizada na sede em janeiro de 2010



Homenagem prestada às mães da categoria em maio de 2009

Assuntos Jurídicos

As perdas de direitos ao longo dos anos apontaram para a necessidade de se investir em uma atuação jurídica forte e eficiente. Com esse intuito, o Sintfesp buscou uma Assessoria Jurídica e se empenhou em levar adiante ações judiciais, individuais e coletivas, contra decisões prejudiciais aos trabalhadores.

Diversas ações foram levadas ao Poder Judiciário, entre elas, muitas relacionadas à revisão de aposentadorias, averbação do tempo de serviço prestado em condições especiais, pagamento e incorporação dos valores dos anuênios e paridade entre ativos e aposentados no pagamento das gratificações de desempenho. Pode-se dizer que o esforço tem sido recompensador, pois muitos trabalhadores já foram beneficiados com ações favoráveis.

A Diretoria de Assuntos Jurídicos procurou ainda supervisionar o cumprimento integral dos acordos coletivos, dissídios e decisões judiciais e acompanhar também o andamento de processos administrativos, a elaboração e a regulamentação de leis, as jurisprudências e o trâmite de projetos de interesse dos trabalhadores. Foram empreendidas ainda iniciativas de informação e conscientização da categoria, visando a disseminação dos seus direitos e garantias fundamentais e a elevação do grau de exercício da cidadania.

Esportes e Lazer

Com o objetivo de reforçar os laços que unem a categoria e promover a integração entre os trabalhadores, o Sintfesp realizou diversas atividades de confraternização em sua sede recreativa. O final de cada ano foi marcado por grandes encontros, que reuniu centenas de pessoas, entre servidores e seus familiares, na sede recreativa. Outras confraternizações foram realizadas, como festas julinas e comemorações do Dias das Mães, das Mulheres, não apenas na sede recreativa, mas também nos locais de trabalho.

Com uma visão mais ampla de bem estar social, o Sintfesp entende que, para muitos trabalhadores, esses eventos são oportunidades raras de lazer e diversão, onde eles podem relaxar o corpo e a mente, após longas e exaustivas jornadas de trabalho.

Aposentados

Ao longo do triênio, o Sintfesp procurou defender os interesses e melhorar a situação dos aposentados da categoria, realizando atividades com o objetivo de promover a conscientização política, social e de direitos.

Reuniões mensais foram organizadas e, em maio deste ano, aconteceu o 1º Encontro dos Trabalhadores Federais Aposentados em Saúde e Previdência, quando cerca de 100 aposentados debateram as diversas formas de aposentadoria, a integralidade da gratificação de desempenho, a Geap, a qualidade de vida e opções de trabalho e renda.

Além de promover a informação, o debate, a reflexão e a conscientização dos aposentados, esses eventos tiveram o objetivo de integrá-los entre si e com os trabalhadores ativos, contribuindo para a qualidade de vida dos aposentados.

A luta pela paridade nos vencimentos continua. Atualmente, a maioria dos servidores já possui idade e tempo de trabalho suficiente para se aposentar, mas não o fazem por causa das gratificações, que representam uma grande parte dos seus salários. É inadmissível que o direito à aposentadoria signifique uma punição para quem prestou serviços relevantes à sociedade.

Imprensa e Divulgação

Outra meta perseguida com afinco foi melhorar a comunicação com a categoria, as entidades parceiras e a sociedade em geral. Nesse sentido, o Sintfesp contratou uma Assessoria de Comunicação e investiu em ferramentas digitais, criando um site na internet e melhorando a comunicação por e-mail, e não-digitais, aprimorando a publicação do boletim e jornal. Tais ações possibilitaram melhorar a divulgação dos eventos e atividades do Sindicato e, por conseguinte, das lutas, conquistas e desafios dos trabalhadores, com o objetivo de promover a disseminação de informações, o diálogo, a reflexão e a conscientização de toda a categoria.

Outro objetivo perseguido foi o de preservar a memória do sindicato, por isso, foi publicada uma revista sobre a história do Sintfesp e organizada uma biblioteca com publicações relevantes para a categoria.

SUS: patrimônio de toda a população brasileira

Avaliar e traçar ações e metas para garantir a Saúde como direito fundamental e política de Estado

A cidade de Goiânia foi palco, de 29 de junho a 2 de julho, da VIII Conferência Municipal de Saúde, realizada no Jockey Club da Capital com o objetivo de avaliar e traçar ações e metas para garantir a Saúde como direito fundamental do ser humano e política de Estado.

Na ocasião, os participantes votaram e deliberaram propostas das etapas anteriores e elegeram delegados para a VII Conferência Estadual de Saúde, a ser realizada de 19 a 21 de setembro, que, juntamente com as propostas de todos os municípios de Goiás, serão votadas, deliberadas e encaminhadas à XIV Conferência Nacional de Saúde, que acontece de 30 de novembro a 4 de dezembro.

Presente na Conferência, a conselheira nacional de saúde, Maria Isabel Silva, discorreu sobre o histórico do controle social, assegurado pela Constituição, e reforçou a necessidade de conservar e fortalecer essa conquista para as próximas gerações. Maria Isabel ressaltou que esse controle deve ser um trabalho realizado em conjunto com os gestores e destacou a importância dos conselhos, cuja função não é apenas consultiva, mas também deliberativa, de acordo com a lei.



Maria Isabel: controle social como conquista



Terezinha Aguiar: melhorar intervenção e comunicação

A conselheira lembrou que os conselhos precisam de legitimidade, representatividade e efetividade para cumprir o seu papel. “A legitimidade de um conselho é maior quando ele é resultado de uma mobilização social. A relação do órgão com os gestores depende da forma como foram constituídos e de sua organização. Além disso, o conselho não pode se afastar da entidade que representa, desenvolvendo a capacidade de articulação e mantendo o seu funcionamento regular”, frisou.

Por sua vez, a diretora de Organização e Política Sindical do Sinfesp, Terezinha de Jesus Aguiar levantou a necessidade de se melhorar a intervenção dos conselhos e a comunicação de suas ações, o que, para a conselheira nacional de saúde, está ligado à necessidade de formação contínua dos conselheiros, à qual deve ser oferecida pelas entidades. O Sinfesp foi representado pela diretora de Aposentados, Rozilda de Oliveira, a diretora de Formação Sindical, Maria Cleusa de Jesus Silva e o diretor de Assuntos Jurídicos, Luis Carlos Campos. Terezinha Aguiar participou do evento, representando a CUT-Goiás.

Terceirização

Sinfesp está ao lado da população e trabalhadores

Sindicato considera que tem havido falta de diálogo e transparência, o que torna o processo ilegítimo

O Sinfesp se coloca ao lado dos trabalhadores da Saúde na luta contra a terceirização dos hospitais públicos do Estado, processo iniciado pelo atual governo de Goiás em junho deste ano e com previsão de término até o ano de 2014.

A falta de diálogo com os servidores e a sociedade, de transparência das ações e a inconstitucionalidade da forma como essa terceirização vem sendo imposta revelam sua ilegitimidade. Para piorar, o processo também tem excluído o Conselho Estadual de Saúde, órgão representativo da sociedade nas decisões que se referem à saúde pública do País

A CUT sempre alertou os trabalhadores para as consequências da terceirização. O que se verifica em todo o mundo é que processo tem sido responsável pelo aumento de mortes, acidentes de trabalho e doenças profissionais e vem sendo utilizado pelo capital para precarizar as condições de trabalho, reduzir custos e enfraquecer o movimento sindical, criando milhares de sindicatos de gaveta, que pouco ou nada representam.

Oposição

Uma oposição à terceirização tem sido promovida pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa da Assembleia Legislativa, deputado estadual Mauro Rubem (PT).

Duas audiências públicas já foram realizadas, quando Mauro Rubem demonstrou que, em São Paulo, nos anos 2008 e 2009, os hospitais terceirizados custaram aos



Opositores ao processo de terceirização, abraçam HGG

cofres estaduais cerca de 50% mais do que os hospitais administrados pelo Poder Público. E a mesma tendência se manteve em 2010.

O parlamentar citou dados semelhantes de outros Estados que implantaram a terceirização administrativa. Mauro Rubem apresentou um Projeto de Lei que estabelece regras para os contratos públicos, especificando objeto, finalidade, metas, indicadores e resultados a fim de promover transparência às ações das instituições envolvidas e facilitando o controle social.

Manifestação

Delegados, usuários e lideranças sindicais e políticas participantes da Conferência Municipal de Saúde realizaram, dia 1º de julho, uma passeata contra a terceirização da Saúde no Estado de Goiás.

Eles saíram do local onde estava acontecendo o evento e caminharam até o Hospital Geral de Goiânia (HGG), onde fizeram uma corrente ao redor do hospital para representar um abraço coletivo.

Redução da jornada e carreira são discutidas com governo

Representantes dos servidores entendem que medidas não são apenas necessárias, mas urgentes

O Grupo de Trabalho (GT) do Seguro Social esteve, nos dias 2 e 3 de junho, em audiência com representantes do Governo para debater a redução da jornada de trabalho e a reestruturação da carreira dos trabalhadores do Seguro Social.

Para embasar a discussão, o GT demonstrou levantamento da Diretoria de Benefícios do INSS sobre o número de concessões, indeferimentos e represamentos de benefícios, revelando que o aumento da jornada de trabalho dos servidores não levou a um aumento da produtividade. Em novembro de 2008, quando a jornada era de seis horas, 244.328 mil benefícios foram represados, enquanto que, em novembro de 2009, quando a jornada de oito horas já havia sido implantada, 401.134 mil benefícios foram represados.

Tal fato está relacionado com o aumento do número de licenças concedidas aos trabalhadores para cuidar da saúde. De novembro de 2008 a novembro de 2009, o aumento de licenças aumentou mais de 40%.

Estudo do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado de Sergipe (Sindiprev) evidencia que de 2008 a 2010 o número de afastamento para tratamento da própria saúde aumentou 83,46%, realidade que pode ser constatada em todo o país.

Levando em consideração os aspectos legais e as justificativas dos estudos, o GT concluiu que este panorama reflete os efeitos nocivos da jornada de oito horas, situação que tem levado os trabalhadores a sofrerem todo tipo de doenças, tanto físicas quanto psicológicas e se tornado insuportável.

O GT recorreu a um estudo do INSS sobre as possibilidades de aposentadoria que revela ser 9 mil o número de servidores que já se encontram em condições para se aposentar este ano. Em 2014, esse número chegará a 15 mil, o que representa 50% da força de trabalho do órgão. Essa perspectiva coloca em risco o sistema previdenciário, uma vez que o Governo não demonstra interesse em realizar concursos públicos nem em criar incentivos para que os servidores continuem trabalhando.

Pesquisa realizada pela CNTSS com trabalhadores de todos os estados brasileiros constatou que 89% dos que trabalham há mais de 20 anos permaneceriam trabalhando, se houvesse redução da jornada e incorporação da gratificação de desempenho.

Considerando os estudos, o Plano de Expansão das agências do INSS e a importância de assegurar a qualidade do atendimento a todos os segurados, a conclusão do GT é que a redução da jornada de trabalho e a reestruturação da carreira não são somente necessárias, mas também urgentes.



Diretoras Terezinha de Jesus Aguiar e Miraci Astun em audiência com representantes do governo realizada em junho

Oficinas e seminário irão subsidiar relatório



Membros do GT do Seguro Social em oficina

O GT do Seguro Social realizou, nos dias 8 e 9 de julho, três oficinas e um seminário sobre as atribuições da carreira, que contaram com a participação do professor de Administração da Universidade de Brasília, Jorge Pinho; do advogado e ex-secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e assessor jurídico do Sintfesp, Luis Fernando Silva, e do gestor de pessoas, Hugo Pena Brandão.

Os especialistas apresentaram propostas de reestruturação da carreira e de capacitação dos servidores que servirão de subsídio para a elaboração de uma proposta de carreira que será incluída no relatório final do grupo.

Insalubridade será tratada com Planejamento

As entidades nacionais representativas dos servidores estarão reunidas, dia 2 de agosto, com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento para tratar da situação de insalubridade verificada nos locais de trabalho.

Os filiados do Sintfesp que são cedidos ao Estado e municípios deverão requerer os laudos ambientais e os PPP's junto aos gestores da unidade em que atuam para que se verifique se estes ambientes são insalubres. Caso o órgão não possa elaborar esses documentos, o gestor poderá solicitar que o Ministério da Saúde providencie.

Grave

A insalubridade nos locais de trabalho é um problema sério que afeta um número grande de servidores da Previdência e da Saúde.

Além de trabalhar com equipamentos obsoletos e mobiliário sem a ergonomia adequada, muitos precisam desenvolver suas atividades em espaços insalubres, onde pessoas saudáveis precisam conviver com portadores de doenças, sem proteção alguma.

A situação tem se tornado insustentável, já que muitos servidores trabalham no limite, sujeitos a condições abusivas, que ameaçam sua integridade física e psíquica.

Trabalho decente: direito e luta de todos

Oficinas e conferências estaduais buscam qualificar trabalhadores para intervenção nacional

O trabalho decente é um dos temas que vem sendo trabalhado na estratégia da CUT. Uma série de oficinas regionais estão sendo realizadas com o objetivo de mobilizar e qualificar os trabalhadores para intervir nas etapas estadual e nacional, de forma a obter propostas que possam garantir avanços nas políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho.

As oficinas trazem como conteúdo: o conceito de trabalho decente e a sua relação com a estratégia da CUT e com a Plataforma, temas transversais do Trabalho Decente e as políticas setoriais da CUT, o Trabalho Decente nas demais conferências nacionais e a organização das intervenções nas Conferências.

Nos dias 21 e 22 de junho foi realizada em Goiás a oficina do Centro-Oeste, que contou com a participação da diretora de Organização e Política Sindical, Terezinha Jesus Aguiar. Na ocasião, foi lançada a Cartilha Trabalho Decente na Estratégia da CUT, material que tem servido de subsídio ao debate.

Na oficina, se procurou definir a estratégia a ser usada para mobilizar os trabalhadores a participarem da discussão, que envolve temas como empregos de qualidade, garantia e proteção social e trabalhista e



respeito à Legislação do trabalho.

De acordo com Terezinha Aguiar, é preciso avançar, garantindo a Organização por Local de Trabalho (OLT). Ela ressalta que a participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) tem sido uma estratégia da CUT, mas que esse espaço ainda é monopolizado pelo patronato.

A conferência de trabalho decente do Estado de Goiás será realizada no dia 8 de outubro. Em maio de 2012 acontece a I

Conferência Nacional de Trabalho Decente.

No Brasil ainda há muitos casos de trabalho infantil e de trabalho escravo. Isso é um crime que precisa ser combatido. Há também situações de assédio moral e jornadas de trabalhos insuportáveis, realidade vivida pelos trabalhadores federais em Saúde e Previdência. Diante disso, a CUT lança um alerta para a necessidade da garantia dos direitos trabalhistas e humanos.

O trabalho decente é um conceito ainda em disputa em todo o mundo e precisa ser reafirmado com a ampliação de direitos. Neste sentido, se articula com a luta histórica da CUT e do Sinfesp em defesa da garantia e ampliação de direitos para a classe trabalhadora.

A luta da CUT por mais e melhores empregos é um dos eixos fundantes da sua história e tem sido reforçada ao longo dos anos com o desenvolvimento de ações que visam este objetivo. Mais e melhores empregos está relacionado diretamente com a melhoria das condições de vida e de trabalho de toda a classe trabalhadora - com o estabelecimento de novas regras - mais humanas e não degradantes.

CUT-GO

O papel da comunicação social e sindical

Em oficina, Entidade reforça necessidade do movimento investir em meios próprios

A CUT-GO realizou, dia 17 de junho, em Goiânia, uma oficina de comunicação que contou com a presença da Assessoria de Comunicação do Sinfesp e mais cerca de 120 lideranças de 15 categorias profissionais do Estado. O evento teve como objetivo divulgar o Plano Nacional de Comunicação da CUT, debater o papel da comunicação sindical e reforçar a luta pela democratização dos meios. Na ocasião, a CUT-GO também lançou o seu site na internet.

Assessor de Comunicação da CUT Nacional, Leonardo Severo destacou a hegemonia dos meios de comunicação de massa e o controle da opinião pública através do aparato privado, que impede o pluralismo e a diversidade, frisando a necessidade do movimento sindical investir em meios próprios de comunicação, na busca por consolidar uma rede contra-hegemônica. Dentre esses instrumentos, destacam-se: boletim informativo, jornal institucional, site na internet, newsletter, cartilha, clipping, anúncios, contatos da base, parceiros e imprensa.



Rosane Bertotti: contraposição aos conglomerados

Leonardo Severo ressaltou que, apesar do controle das redações, o movimento social e sindical deve se aproximar da imprensa, qualificando seus dirigentes para servirem de fontes de informações de interesse geral

Secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, apresentou o Plano Nacional de Comunicação da Central, ressal-

tando também a relevância da construção de instrumentos próprios de comunicação para se contrapor à ditadura imposta pelos grandes conglomerados de imprensa, os quais qualificou de “velha mídia, que invisibiliza e criminaliza os movimentos sociais e sindicais”. Ela também fez uma defesa intransigente do papel do Estado, por meio da Telebrás, no Plano Nacional de Banda Larga, condenando a postura reacionária do Ministério da Comunicação em favor das teles estrangeiras e alertando que o corte de recursos da Telebrás e a redução de seu papel por Paulo Bernardo como um grave erro.

Para a presidente da CUT-GO, Bia de Lima, o evento reforçou a determinação das entidades em consolidar seus instrumentos para uma comunicação efetivamente democrática. Durante a oficina, foi formado o Comitê Goiano do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), que ficou a cargo do dirigente da CUT-GO e do Sindicato dos Trabalhadores em Comunicação (Sindicom), Eurípedes Correia Conceição.

MI-880/Tempo especial pós 90

Requerimentos serão levados à AGU

Os requerimentos dos servidores do Ministério da Saúde solicitados na Coordenação Geral de Pessoas do Nems/GO estão suspensos temporariamente, mesmo que o tempo trabalhado já tenha sido contado. Atualmente, o Sinfesp está

buscando dialogar com a Advocacia Geral da União (AGU) e a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento (SRH/MPOG).

Todos serão informados dos procedimentos necessários em tempo hábil.

Pedidos de servidores do INSS com mais de 60 dias serão revistos

Com a edição da nova Portaria 53/11, criou-se uma comissão para revisar todas as aposentadorias e tempo de serviço dos servidores do INSS. Contudo, o Sinfesp orienta aos servidores que entraram com requerimento a mais de 60 dias e ainda não

receberam resposta do INSS que procurem o Sindicato para as providências judiciais.

Quem ainda não solicitou a revisão das aposentadorias e do tempo de serviço, deve entrar em contato com o Sinfesp o mais rápido possível.

Anuênios

Sentença favorável aos servidores da Saúde

Com sentença judicial favorável em relação aos anuênios dos servidores do Ministério da Saúde, o Sinfesp aguarda o

retorno do processo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região à vara de origem para iniciar a execução do processo.

INSS atrasa execução de processo

Como estratégia para acelerar a execução da ação dos anuênios, a Assessoria Jurídica do Sinfesp solicitou ao juiz da 6ª Vara da Justiça Federal que o INSS apresentasse os anuênios devidos aos servidores em 60 dias.

O juiz consentiu com o pedido, contudo, o INSS não cumpriu com a determinação judicial sob a alegação de dificuldades internas. O Sindicato, então, solicitou à Gerência de Recursos Humanos do INSS, em Goiânia, as planilhas financeiras dos

servidores, porém a solicitação não foi atendida. O Sinfesp está calculando os valores a serem recebidos daqueles servidores que já assinaram o contrato e a procuração. A previsão é que cálculos sejam concluídos até o final de agosto deste ano.

Ainda é tempo de assinar a procuração e o contrato para requerer os anuênios. Para isso, o servidor precisa apresentar a Carteira de Trabalho ou um extrato do CNIS à Assessoria Contábil do Sinfesp.

Duplo vínculo

Medida do Ministério é questionável

O Sinfesp estuda medidas judiciais para questionar a imposição da jornada de 60 horas semanais como forma de impedir a acumulação de cargos na área de Saúde.

A medida, adotada pelo Ministério da Saúde, se baseia em parecer da Advocacia

Geral da União e vem sendo aplicada pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento. O Sindicato entende que o trabalho em escala de 24 horas ininterruptas permite o exercício do duplo vínculo, sem prejuízos dos serviços.

Auxílio-alimentação

Sinfesp estuda nova ação

O Sinfesp tem duas ações judiciais coletivas em andamento reclamando o reajuste do auxílio-alimentação.

Atualmente, a Assessoria Jurídica está estudando a viabilidade de entrar com uma outra ação para equiparar os valores recebidos pelos filiados com aqueles disponibilizados aos servidores públicos do Tribunal de Contas.

O Sindicato alerta àqueles servidores que tiveram o benefício descontado durante o período de férias ou licenças de efetivo exercício, tais como para cuidar da saúde, se capacitar, realizar treinamento ou gestante que procurem o Sinfesp com o contra-cheque em que o desconto foi efetuado e seus documentos pessoais para ingressar com essa nova ação judicial.

Assistentes sociais

Sinfesp irá recorrer de decisão

Em junho, o Sinfesp entrou com mandado de segurança para assegurar o cumprimento da jornada de 30 horas semanais para as assistentes sociais do INSS. O processo foi distribuído para a 1ª Vara do Distrito Federal e o pedido de liminar foi indeferido. A Assessoria Jurídica do Sindicato já providenciou recurso em favor dos servidores.

Aposentadoria especial

Benefício a quem mais precisa

O Sinfesp irá, junto com outras entidades que trabalham em defesa dos servidores, entrar com mandado de injunção para que, enquanto não houver regulamentação, os portadores de necessidades especiais possam receber aposentadoria especial.

Arraiá do Sintfesp reúne categoria

Festa animou o mês de julho. Cerca de 200 servidores estiveram na sede recreativa

O Arraiá do Sintfesp, realizado dia 9 de julho na sede recreativa, foi uma festança “pra lá de boa”. O evento contou com a participação de cerca de 200 pessoas, entre filiados e convidados, que aproveitaram o momento de lazer e descontração para se divertir e confraternizar.

O Arraiá tinha tudo que uma festa

juliana pode oferecer, começando por uma decoração para encher os olhos, com direito a banderolas e bonecos de palha. Tinha também barracas de comidas e bebidas típicas, como quentão, pipoca, milho assado e cozido, amendoim e batata doce. Uma fogueira iluminou e aqueceu a noite e, para alegrar ainda mais a “moçada”, música

caipira “da boa”. Muitos entraram no clima e compareceram à caráter.

O grupo de forró Los Companheiros animou a festa com grandes sucessos e o salão ficou repleto de casais dançarinos. Para encerrar, o grupo Compadê Cornélio e seus Cornos apresentou um teatro e uma quadrilha que agradou a todos.

